



Projeto de Lei nº ____/2022

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação Oficina da Vida – ONG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.890.816/0001-51, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Art. 2º À referida entidade, ficam assegurados todos os direitos e todas as vantagens previstos em Lei.

Art. 3º Para o devido controle e sob pena de revogação desta Lei, a entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, consoante a Lei nº 6.014/2007, os seguintes documentos:

- I – relatório anual de atividade;
- II – declaração de que permanecem cumpridos os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III – cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;
- IV – balancete contábil; e
- V – ficha cadastral atualizada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





JUSTIFICATIVA

A Associação Oficina da Vida - ONG é uma sociedade civil de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.890.816/0001-51, situada na Rua Frei Florentino Garcia Moradillo, 66/68, bairro Vila Rica, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES - CEP 29.301-185, a qual atua desde 2001 com fins beneficentes, filantrópicos e de desenvolvimento comunitário. E, para a consecução de tais fins, a ONG desenvolve iniciativas relacionadas à prevenção e tratamento de dependência química; preservação ecológica; cultura; educação; lazer e esporte, com o objetivo de trazer benefícios de ordem social em prol da sociedade.

Salienta-se que a referida ONG teve, inicialmente, suas atividades relacionadas prioritariamente a prevenção e tratamento de dependências químicas e que, recentemente, com as devidas adequações estatutárias, a entidade passou a se dedicar ao oferecimento de oficinas e atividades na área de cultura, esporte e meio ambiente, em parcerias com projetos já existentes, como forma de atuar integrada à sociedade e as demandas dessa área.

Dessa forma, por ser de relevante interesse social e preenchidos os requisitos legais necessários, pugna-se pela declaração de utilidade pública.

BRÁS ZAGOTTO
Vereador PV

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

